




CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO: Ajuste Direto, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP


PREÇO BASE: 10.934,15€ (dez mil, novecentos e trinta e quatro euros e quinze cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor

OBJETO CONTRATUAL: Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf – “BOOT 2025”

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

ÍNDICE

SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato.....	3
Cláusula 3.ª Prazo de vigência do contrato	3
Cláusula 4.ª Prazo da locação	4
Cláusula 5.ª Local de locação	4
Cláusula 6.ª Preço base e preço contratual	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	4
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO LOCADOR.....	4
Cláusula 7.ª Obrigações gerais do locador	4
Cláusula 8.ª Obrigações principais do locador	6
Cláusula 9.ª Conformidade e operacionalidade dos bens.....	6
Cláusula 10.ª Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato	6
Cláusula 11.ª Condições de pagamento e faturação	6
Cláusula 12.ª Informações preliminares sobre os locais.....	7
Cláusula 13.ª Dever de sigilo	7
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	8
Cláusula 14.ª Obrigações do contraente público	8
Cláusula 15.ª Revisão de Preços.....	8
Cláusula 16.ª Tratamento e proteção de dados pessoais.....	8
CAPÍTULO III - VICISSITUDES CONTRATUAIS	10
Cláusula 17.ª Penalidades contratuais	10
Cláusula 18.ª Casos de força maior.....	10
Cláusula 19.ª Resolução do contrato por parte do locador.....	11
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 20.ª Deveres de informação.....	11
Cláusula 21.ª Cessão da posição contratual do locador.....	11
Cláusula 22.ª Direitos de propriedade intelectual.....	11
Cláusula 23.ª Comunicações e notificações	12
Cláusula 24.ª Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 25.ª Arbitragem/Foro competente	12
Cláusula 26.ª Legislação aplicável.....	12
CAPÍTULO V – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	12
Cláusula 27.ª Especificações técnicas e condições da locação do stand BOOT 2025	13
Cláusula 28.ª Condições da locação do Stand BOOT 2025.....	13
Cláusula 29.ª Garantia técnica	13
ANEXO - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP	14

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto


- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a locação de stand de exposição para promoção da marca "Espinho Surf Destination" na Feira Internacional BOOT 2025, de acordo com as disposições constantes nas cláusulas técnicas e funcionais do presente caderno de encargos.
- O locador tem cabal conhecimento do objeto da presente locação de bens, não podendo como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

Cláusula 2.ª | Contrato

- O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (a existirem);
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos (a existirem);
 - O presente caderno de encargos;
 - A proposta adjudicada;
 - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação atualizada) e aceites pelo locador, conforme o artigo 101.º desse mesmo diploma legal, prevalecem sobre todos os documentos previstos no número um da presente cláusula.
- Além dos documentos indicados no n.º 1, o locador obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
- Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o CCP e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 3.ª | Prazo de vigência do contrato

O contrato inicia a sua vigência no dia seguinte à notificação da adjudicação e vigorará pelo prazo de **20 (vinte)** dias, em conformidade com os respetivos termos e condições, nomeadamente os previstos no caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

Cláusula 4.^a | **Prazo da locação**

1. O locador obriga-se a alocar o bem com as características e condições referidas na cláusula 27.^a do presente caderno de encargos, de acordo com as seguintes fases e datas:
- Fase de entrega: até 17/01/2025, às 15h;
 - Fase de recolha: a partir do dia 27/01/2025.
2. Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa do contraente público ou a requerimento do locador devidamente fundamentado.

Cláusula 5.^a | **Local de locação**

Os serviços são prestados nas instalações do contraente público, situado em Feira Internacional BOOT 2025 - Dusseldorf - Alemanha.

Cláusula 6.^a | **Preço base e preço contratual**

1. O preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela presente locação de bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **10.934,15€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público no presente caderno de encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base foi obtido através de consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35.º - A do CCP e disponível para consulta na Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento do Município de Espinho.
4. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
- Pela fase 1 de preparação de material, local e customização dos bens – 30%;
 - Pela fase 2 de montagem – 60%;
 - Pela fase 3 de desmontagem – 10%.
5. O contraente público obriga-se a pagar ao locador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as faturas.
6. No âmbito do contrato a celebrar, não haverá lugar a revisão ordinária ou extraordinária de preços.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Cláusula 7.^a | **Obrigações gerais do locador**

1. Nos termos do contrato a celebrar, o locador obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o locador as seguintes obrigações gerais:

- a) Prestar a locação em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente caderno de encargos e na legislação aplicável;
- c) Garantir a locação, de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
- d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
- e) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
- f) Comunicar ao contraente público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- g) Não alterar as condições de fornecimento fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições do fornecimento, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo contraente público;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- l) Cooperar com o contraente público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo locador em representação do contraente público;
 - ii. Quando o contraente público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

3. Na execução da presente locação de bens, o locador fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o Gestor do Contrato considere necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este venha a fixar.
4. O locador fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do locador e prazos aplicáveis aos contratos de locação de bens móveis, nos termos do CCP, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 8.ª | **Obrigações principais do locador**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o locador as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de transporte, montagem e desmontagem do stand e mobiliário no local de locação, de acordo com as características e condições definidas neste caderno de encargos e identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens, desde a montagem até à desmontagem.

Cláusula 9.ª | **Conformidade e operacionalidade dos bens**


- 1. O locador obriga-se a alocar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.
- 2. Os bens objeto do contrato devem ser alocados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4. O locador é responsável perante o Município de Espinho por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são alocados.

Cláusula 10.ª | **Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

- 1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, o locador obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, devendo para o efeito assinar a declaração constante do Anexo deste Caderno de Encargos.
- 2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

Cláusula 11.ª | **Condições de pagamento e faturação**

- 1. A emissão das faturas eletrónicas pelo locador deverá ser feita após a locação dos bens decorrente do cumprimento das obrigações emergentes do contrato e será paga por transferência bancária.
- 2. As quantias devidas pelo contraente público, devem ser pagas no prazo de 30 trinta dias após a receção das

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

devidas faturas e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexa, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do objeto contrato, o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa de despesa).

3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas deve este comunicar ao locador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação das faturas.

4. As faturas eletrónicas a emitir pelo locador deverão ser enviadas através da solução iLink, acessível em <https://www.ilink.pt>¹.

5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo contraente público, não será objeto de qualquer cobrança adicional.

6. O atraso em um ou mais pagamentos, não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente caderno de encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens, terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Cláusula 12.ª | **Informações preliminares sobre os locais**

Independentemente das informações contidas no presente caderno de encargos, entende-se que o locador se inteirou, em cada local, das condições da realização do objeto do contrato, pelo que não serão admitidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão do volume e natureza dos trabalhos a executar.

Cláusula 13.ª | **Dever de sigilo**

1. O locador obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

2. O locador obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.


3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo locador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. O locador obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.

6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos

¹ O iLink dispõe de uma linha de apoio para colocação de qualquer questão que possa surgir, disponível através do email apoio@ilink.pt ou pelo telefone 707 451 451. Os operadores económicos estão isentos de custos de transação na utilização da solução, no envio das faturas para o Município de Espinho.

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

7. O locador não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do contraente público sem o consentimento prévio deste.

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 14.ª | Obrigações do contraente público


1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o contraente público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do contraente público:
- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o locador, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a qualidade dos produtos;
 - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
 - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
 - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

Cláusula 15.ª | Revisão de Preços

Exceto se imposto por Lei, e na exata medida de tal imposição, no decurso do contrato não haverá lugar à revisão ordinária ou extraordinária de preços.

Cláusula 16.ª | Tratamento e proteção de dados pessoais

1. O locador compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja especialmente vinculado;

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07


- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar ao contraente público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao locador, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o locador e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária ao contraente público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.

2. O locador será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou locadores, em violação das normas legais aplicáveis.

3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo locador é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o contraente público.

5. O locador deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07


CAPÍTULO III - VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 17.^a | Penalidades contratuais

- Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do contrato, e por causa imputável ao locador, poderá ser aplicada a seguinte sanção contratual:
 - Pelo incumprimento da *data e prazo* de entrega constante no presente caderno de encargos, até 10% do preço contratual.
- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10%.
- Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.
- O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas, nos termos da presente cláusula.
- As penas pecuniárias previstas, na presente cláusula, não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a | Casos de força maior

- Não podem ser impostas sanções contratuais ao locador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - Sejam alheias à sua vontade;
 - Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do locador, na parte em que intervenham;
 - Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do locador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo locador de normas legais;
 - Incêndios ou inundações com origem nas instalações do locador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do locador não devidas a sabotagem;
 - Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo locador das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o locador direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.ª | **Resolução do contrato por parte do locador**

1. O locador pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo locador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.ª | **Deveres de informação**


Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 21.ª | **Cessão da posição contratual do locador**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o locador pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o locador deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do locador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo locador que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo contraente público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A cessão da posição contratual depende de autorização, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 318.º, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 22.ª | **Direitos de propriedade intelectual**

1. Correm integralmente por conta do locador os encargos ou a responsabilidade civil, decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização de bens, de materiais, de hardware, de software ou de

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2. Se o contraente público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o locador por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3. São da responsabilidade do locador quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do locador se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao contraente público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 23.^a | **Comunicações e notificações**

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o contraente público e o locador relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. As comunicações e as notificações dirigidas ao contraente público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

3. Todas as comunicações no âmbito do presente procedimento na fase de execução contratual, deverão ser dirigidas para o gestor do contrato para o endereço eletrónico: eder.moreira@cm-espinho.pt.

4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 25.^a | **Arbitragem/Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 26.^a | **Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO V – CLÁUSULAS TÉCNICAS

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

Cláusula 27.^a | **Especificações técnicas e condições da locação do stand BOOT 2025**

1. O locador obriga-se a entregar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.
2. O locador deverá cumprir e respeitar, no mínimo, as seguintes características e condições para o stand BOOT 2025:
 - a. Stand de 15m², identificando o Município de Espinho, retro iluminado e com duas frentes;
 - b. Design, Imagem e Comunicação:
 - i. Três paredes com cerca de 300 x 250 cm, em tecido impresso para a frente da estrutura com iluminação retroprojetada (cerca de 285x250cm);
 - ii. Tecido blackout para o verso de estrutura de iluminação (285x250cm);
 - iii. Chão em alcatifa azul-claro (tonalidade a definir mais tarde);
 - c. Mobiliário:
 - i. Mesa de reuniões com três cadeiras,
 - ii. Televisão de 32",
 - iii. Balcão personalizado com o logo indicado pelo município;
 - d. Um quadro elétrico de 2,3 kW, incl. 1 tomada de 230 V, 10 A, e até 2,3 kW (partilhado), sendo o consumo de energia elétrica da sua responsabilidade;
 - e. Limpeza inicial do stand;
 - f. Pagamento de todas as taxas necessárias e relativas à participação do município;
 - g. Quatro passes de expositor;
 - h. Transporte, Montagem e desmontagem do stand;
 - i. Transporte de material promocional até 0,40m³.


Cláusula 28.^a | **Condições da locação do Stand BOOT 2025**

1. A utilização de todo o material, mencionado na cláusula anterior, restringe-se à "BOOT 2025", que deverá ocorrer de 18 a 26 de janeiro de 2025;
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua prestação.

Cláusula 29.^a | **Garantia técnica**

O locador fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do locador e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

A Presidente da Câmara Municipal,

	CADERNO DE ENCARGOS – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Locação de Stand e Mobiliário para Feira Internacional em Dusseldorf - "BOOT 2025"	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 07

ANEXO - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

[a que se refere a cláusula 10.ª deste caderno de encargos ²]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura].__

² Ou outra, se alguma das cláusulas anteriores for suprimida ou aditada